ATA DA 533ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU – AMVE (CNPJ 23.779.413/0001-43, SITO À RUA ALBERTO STEIN, 466 VELHA, BLUMENAU/SC, REALIZADA NO DIA QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO MUNICÍPIO DE RO DOS CEDROS/SC.

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 16 horas, no salão nobre da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, realizou-se a quingentésima trigésima terceira Assembleia Geral ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE). A assembleia ainda contou com a presença do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Ascurra; do senhor Egídio Maciel Ferrari, prefeito do município de Blumenau; do senhor Geleade Gadiel Wollert, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Marcelo Doutel da Silva, prefeito do município de Apiúna; do senhor Rafael Ramthun, prefeito do município de Pomerode; do senhor Silvio Cesar da Silva, prefeito do município de Indaial; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da AMVE, além de demais interessados. Em primeiro ato, constatando-se quórum estatutário, foi aberta a assembleia, secretariada por mim, Jaqueline Andrieti. Em prosseguimento, o senhor Marcelo Doutel da Silva, prefeito de Apiúna, presidente da entidade, apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 - Aprovação da ata da reunião anterior; 2 - Centro de Inovação de Blumenau; 3 - Cenário econômico 2025 e 2026; 4 - Contas Anuais (TCE) 2024 e 2025; 5 - PEC do SUAS 383/2017; 6 - Assuntos gerais. Com relação ao item um, o presidente submeteu à apreciação dos presentes a ata da 532ª Assembleia Geral Ordinária, tendo em vista que seu envio prévio foi confirmado por meio eletrônico a todos os prefeitos. Não havendo manifestações ou objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente concedeu a palavra ao senhor Udo Schroeder, presidente do Instituto Gene, entidade responsável pela gestão do Centro de Inovação Blumenau. Ele apresentou o progresso do programa SC+Inovação, que busca descentralizar as ações de inovação para todos os municípios do estado por meio de agentes regionais. Na região da AMVE, a agente Paula destacou duas iniciativas principais: o "100% Marco Legal", voltado à criação e adequação de legislações de inovação, oferecendo modelos adaptáveis que atendam às necessidades específicas dos municípios e possibilitem sua participação em editais de investimento e financiamento; e o DemandaSC, que mapeia as necessidades locais por meio de questionários aplicados aos representantes indicados. Esses representantes, com acesso ao sistema SC+Inovação, têm a responsabilidade de coletar informações junto às secretarias municipais e registrar as prioridades de cada cidade, formando um diagnóstico estadual que orientará ações mais efetivas. Entretanto, até o momento, poucos municípios concluíram suas respostas. Por isso, é feito o apelo para que as prefeituras indiquem e mantenham um agente atuando de forma exclusiva, capaz de identificar e repassar, por meio do programa, as demandas do município, garantindo que elas sejam avaliadas pelo governo estadual e possam futuramente ser contempladas. Passando ao terceiro item de pauta, cenário econômico 2025 e 2026, o senhor José Rafael Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade pública da AMVE, apresentou um panorama geral por meio de quadros que compilam a evolução das receitas dos municípios do Vale Europeu. Informou que, até julho, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos

Automotores (IPVA) registrou crescimento de 10,46%, frente a 8,02% no mesmo período do ano anterior, resultado da alteração na forma de cobrança em Santa Catarina, que deixou de se basear na tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e passou a ser calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) também apresentou aumento, passando de 10,59% no ano passado para 12,92% em 2025. Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o consultor destacou crescimento de apenas 8,85% até julho, contra 21% no mesmo período de 2024, praticamente a metade, o que decorre da redução no ritmo de contratações em comparação ao ano eleitoral anterior. Já o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu 7,73% até julho, bem abaixo dos 18,67% registrados no mesmo período do ano passado, evidenciando novamente uma queda pela metade no ritmo de crescimento. O senhor Rafael lembrou que o ICMS permanece vigente até 2032, quando então dará lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Ressaltou que a transição será gradativa, com base na média de arrecadação de 2019 a 2026, o que exige atenção e planejamento dos municípios para manter o equilíbrio fiscal nos próximos anos. Além disso, informou que a AMVE mantém um quadro de acompanhamento do FPM, apresentado regularmente aos secretários de fazenda nas reuniões colegiadas, como ferramenta de monitoramento das receitas municipais. Sobre a reforma tributária, o senhor Rafael comentou que o comitê gestor já foi formado, inclusive com a criação de um CNPJ próprio. Contudo, destacou como ponto de preocupação o fato de o colegiado ter sido constituído sem a participação dos municípios, uma vez que as duas entidades representativas ainda não chegaram a um consenso. Em razão do avançado da hora, o quarto item da pauta, referente às Contas Anuais (TCE) 2024 e 2025, não foi discutido e será retomado em oportunidade posterior. Passando ao quinto item da ordem do dia, a senhorita Nayara Brito, assessora de assistência social da AMVE, apresentou os movimentos do Colegiado de Assistência Social em defesa da aprovação da PEC nº 383/2017, que propõe destinar 1% da Receita Corrente Líquida da União ao financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Relatou ações já realizadas, como agendas em Brasília nos dias 06, 07 e 08 de maio, junto à câmara dos deputados, senado e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), bem como visita à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) em 12 de agosto. Em seguida, apresentou os valores de repasse federal e estadual aos municípios da região em 2024, evidenciando que os montantes recebidos são bem menores que os investimentos necessários para a manutenção dos atendimentos. Por fim, solicitou a sensibilização dos prefeitos para articulação política que viabilize o andamento da PEC. A assessora de assistência social da AMVE aproveitou o ensejo para convidar os prefeitos e demais presentes para a III Mostra de Boas Práticas do SUAS Região do Vale Europeu que acontecerá no dia 17 de setembro no auditório da associação. Em assuntos gerais, Michele Prada, coordenadora do colegiado de gestores municipais de cultura da AMVE, esclareceu sobre o Projeto Circulação Musical, deliberado em consenso pelo colegiado, que tem como objetivo levar aos municípios da região uma apresentação voltada ao segmento musical. O espetáculo poderá integrar a programação artística de cada município ou ser incluído em outro momento que o(a) gestor(a) de cultura considerar mais adequado. Michele destacou ainda que

o colegiado sugeriu que a atração fosse de outra região, possibilitando aos cidadãos conhecer novas referências culturais e ter acesso a manifestações artísticas de fora do Vale Europeu. Informou também que o projeto conta com orçamento de R$ 30 mil, rateado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio vale do Itajaí (CIMVI) e a Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE) a ser destinado à contratação da atração (Duo musical) e à sua circulação pelos municípios participantes. Após a colocação de Michele, os prefeitos presentes debateram sobre a apresentação ser realizada por artistas de fora da região. Eles manifestaram que o espetáculo poderia ter maior identificação se contemplasse talentos do próprio Vale Europeu. No entanto, considerando que a decisão já havia sido deliberada pelo colegiado, ficou definido que a contratação do referido DUO será mantida para este ano. Para o próximo ano, entretanto, ficou definido que, assim que o colegiado apresentar a proposta, qualquer ação deverá ser previamente apreciada e validada pela Assembleia. Seguindo a pauta, Marlon Sasse, presidente da Associação Empresarial de Brusque, Botuverá e Guabiruba (ACIB), tomou a palavra para apresentar aos prefeitos e demais presentes sua solicitação de apoio da AMVE para a execução de um projeto de asfaltamento da via rural que interliga os três municípios. Ele destacou que a obra é de grande relevância, pois proporcionaria melhor infraestrutura e daria vazão ao intenso trânsito existente entre as cidades, facilitando a mobilidade regional e impulsionando o desenvolvimento local. Marlon reforçou ainda que espera que a AMVE possa auxiliar na elaboração do projeto de engenharia, etapa fundamental para viabilizar a captação de recursos junto ao governo do estado e a concretização da obra. O senhor Cássio Quadros, diretor executivo da AMVE, esclareceu que a entidade não dispõe atualmente de corpo técnico suficiente para assumir mais essa demanda, mas ressaltou que a solicitação será avaliada em conjunto com os prefeitos, a fim de buscar alternativas viáveis para atender ao pleito apresentado. O Diretor Executivo da AMVE apresentou a proposta de aditivo ao Convênio de Cooperação Institucional nº 01/2023, que tem por objetivo o ressarcimento, pelo CISAMVE e pelo CIMVI, das despesas que serão adiantadas pela AMVE com a participação do Presidente do CISAMVE e do Diretor Executivo do CIMVI na missão internacional oficial às regiões de Trento, na Itália, e de Munique, na Alemanha, as quais serão apuradas e repassadas aos consórcios logo após o retorno da missão. O diretor executivo da AMVE também falou brevemente sobre as loterias municipais, destacando que sua implementação pode contribuir de forma significativa para a arrecadação dos municípios. Explicou que o município pode promover o serviço em âmbito local por meio de concessão, Parceria Público-Privada (PPP), consórcio ou outro instrumento legal cabível, ressaltando que se trata de um processo simples e com potencial de ampliar consideravelmente a receita municipal, que impactará no retorno do futuro IBS. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Marcelo Doutel da Silva, presidente da entidade declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Jaqueline Andrieti, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da AMVE.

Marcelo Doutel da Silva
Presidente
Prefeito de Apiúna

Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo

Jaqueline Andrieti
Secretária Executiva

150